

Dilema desafia os economistas

25 de Fevereiro de 2003 - O presidente Lula disse ontem, em São Paulo, o que seus eleitores esperam ouvir de um governo do PT. Prometeu anunciar em breve um programa de geração de empregos, reclamou da dependência do País ao capital estrangeiro e das altas taxas de juros.

"A nossa economia já era para estar crescendo e vai crescer", disse ele, conforme notícia do InvestNews.

Nada mais fez do que verbalizar aquilo que empresta coerência ao programa econômico de um partido que se diz de esquerda e que, por isso, foi escolhido para governar o Brasil.

Se quiser chegar ao final do mandato coroado com um PIB maior e taxa de emprego elevada - conquistas que serviriam de "passe" político para viabilizar uma renovação de seu mandato nas eleições de 2006 -, o caminho que Lula está fadado a trilhar passa pela queda dos juros reais e pelo aumento da atividade econômica. Se até lá conseguir lançar as reformas estruturais prometidas, sua tarefa ficará facilitada. Ganhará credibilidade política, que tenderá a sobrepor-se ao poder quase que hegemônico do chamado "mercado".

A passagem dessa para melhor, no entanto, não é nada trivial. O problema básico da economia brasileira continua sendo o de sempre: falta poupança privada para tocar os investimentos. O setor público não conseguiu frear sua ganância por recursos. Ataca via impostos, mas, como isso não é suficiente, também avança no mercado em busca de dinheiro para financiar seu déficit.

É isso, a necessidade de financiamento do setor público, que torna o chamado "mercado" tão hegemônico no País. A dramática situação das contas públicas do Brasil pode ser facilmente percebida em um único dado: o tamanho do déficit nominal do setor público, que no acumulado de doze meses chegou a 10,34% do PIB, no final de 2002, quase o dobro dos 5,22% do PIB registrado em dezembro de 2001.

A maior parte da deterioração das contas públicas se explica pelo efeito da desvalorização cambial sobre os títulos da dívida mobiliária do governo. Mas câmbio, assim como os juros, é despesa que precisa ser paga como qualquer outra.

Talvez por isso o presidente Lula tenha criticado ontem a dependência do País ao capital externo. Quando este some, a taxa de câmbio sobe e tudo se complica: a dívida cresce, o déficit público se deteriora, a inflação aumenta, o PIB não cresce e o emprego encolhe.

A culpa não é, certamente, do capital estrangeiro, mas da capacidade precária que tem a economia brasileira - como de resto, a economia latino-americana em geral - de gerar poupança própria.

É possível que essa dificuldade tenha forte relação com a má distribuição de renda no País. Ninguém sabe. Se isso é verdade, tanto pior, pois só a médio e longo prazos o problema poderá estar equacionado, ainda que se começasse a implementar hoje a melhor política de

redistribuição de renda jamais implementada.

No curto prazo, não se vislumbram soluções seguras para contornar a dependência do País ao capital estrangeiro.

Os economistas brasileiros ainda não encontraram a forma de romper o ciclo vicioso no qual o País tem patinado há pelo menos duas décadas.

No ano passado, a dupla Bresser Pereira-Yoshiaki Nakano apresentou uma proposta inovadora. Partindo da idéia dos equilíbrios múltiplos, supôs ser possível no Brasil romper a barreira dos juros sem deteriorar o risco Brasil. É como se todas as taxas relevantes do mercado financeiro subitamente se ajustassem a um patamar menor. Mas não ficou claro como se daria a passagem de um nível para outro.

Agora, outra dupla de economistas lançou-se ao desafio de buscar uma saída para o dilema da economia brasileira. Luiz Fernando de Paula, da UERJ, e José Luís Oreiro, da UFF, trabalham em uma alternativa de política econômica que até aqui - o trabalho já está circulando, mas ainda está incompleto - tem como foco a sustentabilidade da dívida pública interna. O ponto central é que o endividamento do setor público pode ser reduzido nos próximos anos, até 2011, com superávit primário inferior a 4% do PIB.

Sugerem uma estratégia baseada em quatro pilares para os próximos dez anos: superávit primário de 3% do PIB, metas mais frouxas de inflação, redução do juro para taxa real de 6% ao ano e desvalorização cambial em linha com a inflação. Sustentam-se na suposição de que a economia está crescendo abaixo do potencial, o que permitiria uma redução dos juros sem alterar os níveis atuais de inflação.

Também recomendam mecanismos de controle de capital que julgam necessários para reduzir a volatilidade do câmbio. Algumas dúvidas surgem.

Primeiro, como falar em produto efetivo abaixo do potencial se, como nota o secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Otaviano Canuto, há setores já estrangulados em termos de capacidade.

"Nosso problema é de insuficiência de oferta potencial, tendo em vista os baixos investimentos com relação ao PIB nos últimos anos", contrapõe Canuto, em breve avaliação do texto de Oreiro e De Paula.

Outro é decorrente. Parece claro que o País não pode dar-se ao luxo de dispensar o capital externo, se quiser crescer. Encontrar uma saída é o desafio para os que esperam mudanças do governo Lula.

Maria Clara R. M. do Prado é Jornalista. Escreve às terças, quintas e sexta-feiras para a Gazeta Mercantil